



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ ATRAVÉS DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ ATRAVÉS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ OBJETIVANDO O FORTALECIMENTO DE PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS CONCERNENTES À MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA. (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8521415-71.2018.8.06.0000)

CV Nº 08/2019

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambé, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado **TJCE**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo, através do **NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – NUPEMEC**, representado por sua Supervisora, Desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves, doravante denominado **NUPEMEC**, no uso de suas atribuições legais, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**, através da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, doravante denominada **PGJ**, situada na Rua Assunção, nº 1100, Bairro José Bonifácio, Fortaleza-CE, representada por seu Procurador - Geral, Dr. Plácido Barroso Rios, resolvem, com base na legislação em vigor, celebrar o presente Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objetivo o engajamento interinstitucional para o fortalecimento de práticas autocompositivas concernentes à mediação comunitária.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO NUPEMEC/TJCE**

Para a consecução do presente CONVÊNIO, o NUPEMEC /TJCE compromete-se a:

I. Organizar encontros periódicos em parceria com a PGJ/CE para debater propostas, experiências e boas práticas relativas aos métodos consensuais de solução de conflitos, incluindo-se os temas relativos à mediação comunitária.

  
1



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

II. Participar ao Ministério Público os eventos realizados pelo NUPEMEC/TJCE pertinentes à temática.

III. Proporcionar a membros do Ministério Público e integrantes do Programa Núcleos de Mediação Comunitária - PRONUMEC, o acesso a cursos, palestras e capacitação realizados pelo NUPEMEC, inclusive com destinação prévia de vagas, quando requisitado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Para consecução do objeto do presente CONVÊNIO, a Procuradoria Geral de Justiça, compromete-se a:

I. Organizar encontros periódicos em parceria com a NUPEMEC/TJCE para debater propostas, experiências e boas práticas relativas aos métodos consensuais de solução de conflitos, incluindo-se os temas relativos à mediação comunitária.

II. Participar ao NUPEMEC/TJCE os eventos realizados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO pertinentes à temática.

III. Proporcionar aos membros do Poder Judiciário o acesso a cursos, palestras e capacitação realizados pelo Ministério Público, inclusive com destinação de vagas quando solicitado.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS**

Cada um dos partícipes arcará com as despesas ou quaisquer outros ônus decorrentes de suas responsabilidades e competências.

**Parágrafo Único** – O presente termo não envolve repasse de recursos públicos, bem como inexistente vínculo de natureza trabalhista entre as partes.

**CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR**

Fica designado como gestor do presente Convênio, o(a) Desembargador(a) Supervisor(a) do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJCE.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Convênio, será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, por assentimento das partes, mediante Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES**

Mediante concordância dos partícipes, este Convênio poderá ser alterado, a qualquer tempo, por meio de Aditivos, permitindo-se a supressão e/ou inclusão de novas cláusulas.

 2





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO**

O presente ajuste poderá ser rescindido, a qualquer tempo, mediante notificação prévia, por escrito, devendo ser observado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de antecedência.

**CLÁUSULA NONA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos que surgirem na vigência deste Convênio serão solucionados por consenso dos partícipes, em termos aditivos, se necessário.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO**

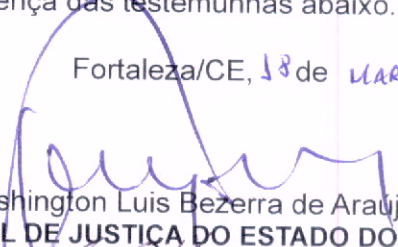
Este Convênio deverá ser publicado, em extrato, após sua assinatura, no Diário da Justiça Eletrônico.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Para dirimir as questões oriundas deste Convênio, será competente o foro da Comarca de Fortaleza.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que segue assinada pelos representantes legais dos conveniados, na presença das testemunhas abaixo.

Fortaleza/CE, 18 de março de 2019.

  
Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

  
Desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves  
SUPERVISORA DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE  
SOLUÇÃO DE CONFLITOS - NUPEMEC

  
Dr. Plácido Barroso Rios  
PROCURADOR - GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_